



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO

001. PROVA OBJETIVA

CONSELHEIRO TUTELAR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Persistência na educação dos filhos

Todo mundo já ouviu estas frases ditas por adultos que têm filhos: “Meu filho tem um problema”, “Não sei mais o que fazer”, “Eu já fiz de tudo, não tem jeito”, “A escola tem reclamado muito do comportamento dele”, “Nós, pais, estamos perdidos”, “O que eu faço?”, “Devo procurar ajuda profissional?” etc. Vamos tentar entender alguns pontos dessas questões.

Primeiramente: ter filhos, hoje, para muitos adultos, não deveria trazer problemas, dificuldades, dúvidas e renúncias, e sim delícias, prazer, satisfação e desfrute. Ocorre que, quem tem filhos irá enfrentar percalços, consigo mesmo e com os filhos, terá de fazer escolhas e se defrontar com dilemas e perguntas que não têm respostas certas e que se transformam à medida que os filhos crescem.

Ora é o sono, a birra, a agressividade descontrolada e a recusa às regras familiares; ora é o estudo, a difícil aprendizagem das letras e dos números, a alimentação e a vida social; ora é a balada, o sono sempre desregrado, a bebida alcoólica e outras drogas, e assim por diante.

Então, senhores pais, é preciso aceitar o fato de que sim, eles dão e darão trabalho por motivos simples: recusam o mundo adulto ao qual são sujeitados, precisam experimentar e testar suas possibilidades e, portanto, desobedecer. E, acima de tudo, porque cada um deles é singular, muito diferente do filho ideal que aprendemos a querer ter.

E é exatamente por esse motivo que receitas não costumam funcionar. Ou até funcionam temporariamente, mas as questões que eles nos trazem sempre retornam, de um jeito ou de outro. Mais do que buscar respostas indicadas para esta ou aquela questão, é preciso olhar de perto e de olhos bem abertos cada um dos filhos para que, conhecendo-os, seja possível buscar soluções às questões que eles apresentam. E, mesmo assim, saber que as soluções que encontrarmos nunca serão mágicas.

Educar é um processo contínuo e isso significa que os resultados das estratégias que usamos com os mais novos podem não ser imediatos ou rápidos. Mas persistir por um tempo é o que irá mostrar se podem funcionar ou não.

Caso se constate que a estratégia escolhida não funcionou, é preciso criar outra maneira de abordar a questão. Manter-se potente e resiliente na função de mãe e de pai não combina com as frases “Não sei mais o que fazer” ou “Não tem jeito”. Sempre há outras saídas possíveis. Sempre.

Ser uma boa mãe ou um bom pai tem a ver com o vínculo estabelecido com o filho, a dedicação a ele, a disponibilidade para enfrentar, sem esmorecer, sem desistir, as questões que ele cotidianamente apresenta.

(Rosely Sayão. *Folha de S. Paulo*, 07.04.2015. Adaptado)

01. De acordo com a autora do texto,

- (A) os pais devem entender que os filhos dificilmente responderão à imagem do filho ideal que projetaram.
- (B) os adolescentes, apesar de não ser um processo natural, posicionam-se contra o mundo dos adultos.
- (C) os percalços e enfrentamentos com os filhos reduzem-se consideravelmente quando os pais são permissivos.
- (D) a agressividade desmedida nas relações sociais é própria da adolescência e não deve ser uma preocupação para os pais.
- (E) os pais devem procurar receitas mágicas para lidar com filhos rebeldes, pois elas propiciam satisfação na educação dos filhos.

02. Ao afirmar que “... é preciso olhar de perto e de olhos bem abertos cada um dos filhos...” (5º parágrafo), a autora sugere que os pais devem

- (A) suspeitar de toda e qualquer atitude tomada pelos filhos no ambiente familiar.
- (B) invadir a intimidade dos filhos, mesmo que isso signifique ofendê-los.
- (C) tolher a liberdade dos filhos até que cheguem à idade adulta.
- (D) estar atentos aos filhos para perceber o que os aflige.
- (E) tratar os filhos com as mesmas estratégias que outros pais utilizam.

03. Considere os trechos do texto.

- Todo mundo já ouviu estas frases **ditas** por adultos que têm filhos... (1º parágrafo)
- Então, senhores pais, é preciso **aceitar** o fato de que sim, eles dão e darão trabalho... (4º parágrafo)
- ... a disponibilidade para enfrentar, sem esmorecer, sem desistir, as questões que ele **cotidianamente** apresenta... (último parágrafo)

A alternativa que apresenta, correta e respectivamente, as palavras de sentido oposto àquelas que estão destacadas nos trechos selecionados é:

- (A) silenciadas; recusar; rotineiramente.
- (B) distorcidas; assumir; aleatoriamente.
- (C) ironizadas; acatar; diariamente.
- (D) verbalizadas; rejeitar; esporadicamente.
- (E) omitidas; refutar; eventualmente.

04. A relação de sentido que a expressão destacada estabelece entre as ideias está corretamente indicada, entre parênteses, na alternativa:

- (A) ... perguntas que não têm respostas certas e que se transformam **à medida que** os filhos crescem. (finalidade)
- (B) ... precisam experimentar e testar suas possibilidades e, **portanto**, desobedecer. (causa)
- (C) E, acima de tudo, **porque** cada um deles é singular... (condição)
- (D) Ou até funcionam temporariamente, **mas** as questões que eles nos trazem sempre retornam... (oposição)
- (E) **Caso** se constate que a estratégia escolhida não funcionou... (consequência)

05. A afirmação correta a respeito da expressão destacada no trecho do texto encontra-se na alternativa:

- (A) Todo mundo **já** ouviu estas frases ditas por adultos... (1º parágrafo): refere-se a eventos futuros.
- (B) ... ter filhos, hoje, para muitos adultos, não **deveria** trazer problemas... (2º parágrafo): refere-se à ação já concretizada pelo indivíduo.
- (C) **Então**, senhores pais, é preciso aceitar o fato... (4º parágrafo): indica comparação.
- (D) Educar é um processo contínuo e **isso** significa que os resultados... (6º parágrafo): refere-se à ideia já apresentada anteriormente.
- (E) Ser uma boa mãe **ou** um bom pai tem a ver com o vínculo estabelecido com o filho... (último parágrafo): indica contradição.

06. Assinale a alternativa em que o trecho do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência da língua portuguesa.

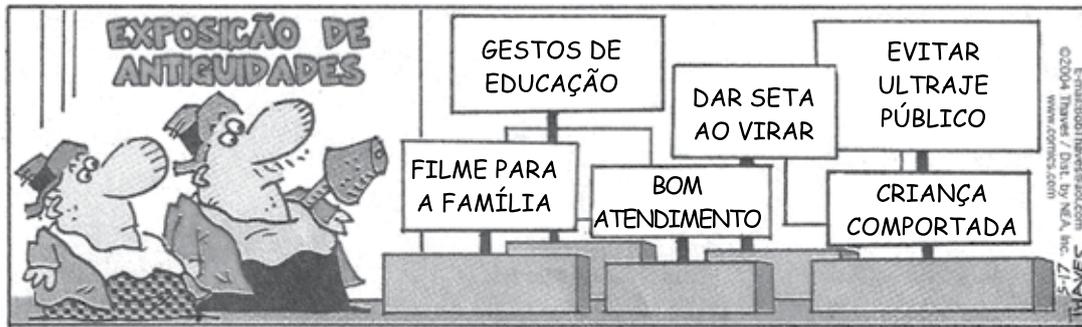
- (A) Vamos tentar entender alguns pontos dessas questões. (1º parágrafo) → Vamos nos ater a alguns pontos dessas questões.
- (B) ... a birra, a agressividade descontrolada e a recusa às regras familiares... (3º parágrafo) → ... a birra, a agressividade descontrolada e a aversão com as regras familiares...
- (C) Mais do que buscar respostas indicadas para esta ou aquela questão... (5º parágrafo) → Mais do que buscar respostas adequadas desta ou daquela questão...
- (D) ... é preciso criar outra maneira de abordar a questão. (7º parágrafo) → ... é preciso criar outra maneira de nos aproximarmos com a questão.
- (E) ... na função de mãe e de pai não combina com as frases "Não sei mais o que fazer" ou "Não tem jeito". (7º parágrafo) → ... na função de mãe e de pai não é compatível às frases "Não sei mais o que fazer" ou "Não tem jeito".

07. Leia as frases.

- Ter estratégias para educar os filhos é importante, mas **aplicar estratégias** não é garantia de solução imediata.
- Persistência é o segredo para educar bem os filhos, por isso os pais não devem **menosprezar a persistência**.

De acordo com o emprego dos pronomes estabelecido pela norma-padrão da língua portuguesa, os trechos destacados podem ser substituídos por:

- (A) aplicá-las; menosprezar-lhe.
- (B) aplicá-las; menosprezá-la.
- (C) aplicar-se; menosprezar-lhe.
- (D) aplicar-lhes; menosprezar-se.
- (E) aplicar-lhes; menosprezá-la.



(Bob Thaves. *O Estado de S. Paulo*, 12.05.2019. Adaptado)

08. Na tira, a expressão **exposição de antiguidades** foi empregada em sentido
- (A) próprio, indicando que a exposição apresenta um conjunto de obras de arte.
 - (B) próprio, indicando que na exposição há vários objetos produzidos há séculos.
 - (C) próprio, referindo-se a comportamentos relacionados à imoralidade.
 - (D) figurado, referindo-se a pessoas interessadas em adquirir peças de antiquário.
 - (E) figurado, indicando que certas práticas sociais caíram em desuso.
09. Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal estabelecida pela norma-padrão.
- (A) Existe gestos de educação que facilitam o convívio entre as pessoas.
 - (B) As redes de TV tem apresentado poucos filmes cuja temática sejam os relacionamentos familiares.
 - (C) Pais que exigem dos filhos a consciência dos direitos e deveres tendem a formar crianças bem comportadas.
 - (D) São necessário um bom atendimento para que o cliente se fidelize a uma loja ou a uma empresa.
 - (E) Aquele que se envolve em ultrajes públicos geralmente se colocam em situação constrangedora.
10. Assinale a alternativa em que a expressão destacada na frase apresenta circunstância adverbial de afirmação.
- (A) Frank foi **com Ernest** a uma exposição de antiguidades.
 - (B) Eles chegaram ao local do evento **de metrô**.
 - (C) **Com certeza** Frank e Ernest ficaram impressionados com a exposição.
 - (D) **Com poucos reais**, Frank comprou um pequeno abajur para seu quarto.
 - (E) Os dois amigos visitaram uma exposição de antiguidades **pela primeira vez**.

11. No decorrer de uma semana, um conselheiro tutelar atendeu 30 adolescentes, dos quais 80% eram meninos. Desses meninos, 75% foram encaminhados para atendimento com profissionais especializados, e entre as meninas, 50% também tiveram o mesmo tipo de encaminhamento. Em relação ao número total de adolescentes atendidos nessa semana por esse conselheiro, o número de adolescentes encaminhados para atendimento com profissionais especializados representa

- (A) 70%.
- (B) 65%.
- (C) 60%.
- (D) 55%.
- (E) 50%.

12. No 1º trimestre do ano, os funcionários de determinado setor de uma empresa participaram de um total de 15 reuniões. Sabendo que o número de reuniões feitas no período da manhã foi igual a $\frac{2}{3}$ do número de reuniões feitas no

período da tarde, então, o número de reuniões feitas no período da tarde superou o número de reuniões feitas no período da manhã em

- (A) 7 reuniões.
- (B) 6 reuniões.
- (C) 5 reuniões.
- (D) 4 reuniões.
- (E) 3 reuniões.

13. A tabela mostra o tempo utilizado no atendimento de algumas famílias, por um conselheiro tutelar, em um mesmo dia.

Família	Tempo de atendimento
A	1 hora e 40 minutos
B	1 hora e 45 minutos
C	?

Sabendo que, em média, o tempo de atendimento por família foi de 1 hora e 50 minutos, então, o tempo de atendimento da família C, foi

- (A) 1 hora e 55 minutos.
- (B) 2 horas.
- (C) 2 horas e 05 minutos.
- (D) 2 horas e 10 minutos.
- (E) 2 horas e 15 minutos.

14. Uma pessoa precisa redigir determinado número de relatórios. Se ela redigir 8 relatórios por dia, levará 2 dias a mais do que levaria se redigisse 10 relatórios por dia. O número de relatórios a serem redigidos por essa pessoa é
- (A) 65.
 (B) 70.
 (C) 75.
 (D) 80.
 (E) 85.

15. Um espaço retangular ABCD foi dividido em: sala de reuniões (SR), sala de espera (SE) e banheiro (B), conforme mostra a figura, cujas medidas indicadas estão em metros.

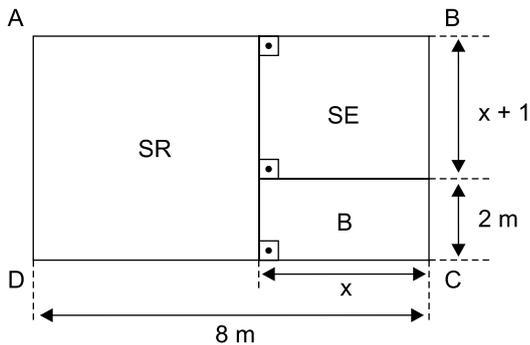


figura fora de escala

Sabendo que o perímetro do banheiro tem 4 m a menos que o perímetro da sala de espera, então, a área da sala de reuniões é

- (A) 24 m².
 (B) 30 m².
 (C) 36 m².
 (D) 42 m².
 (E) 48 m².

R A S C U N H O

16. A imagem a seguir foi retirada do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, e mostra o canto superior de uma janela.



Pela imagem, é possível afirmar que a janela está

- (A) na metade superior da tela.
 (B) no meio da tela.
 (C) fechada.
 (D) minimizada.
 (E) maximizada.
17. O parágrafo, na imagem a seguir, foi editado por meio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão.

Conselheiro Tutelar da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto

A palavra "Prefeitura" aparece na imagem formatada com o recurso

- (A) tachado.
 (B) negrito.
 (C) sublinhado.
 (D) marcado.
 (E) riscado.
18. A planilha a seguir foi preparada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

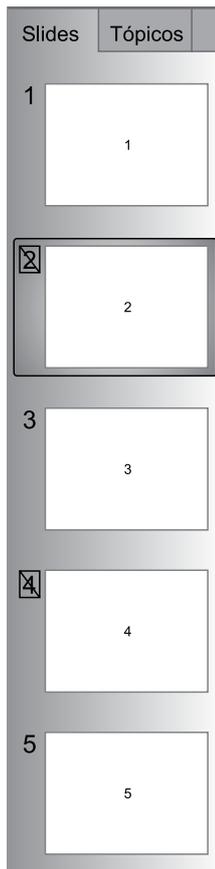
	A	B
1	Tipo	Quantidade
2	Tipo 1	10
3	Tipo 2	9
4	Tipo 3	3
5	Tipo 4	6
6	Tipo 5	8
7		

Assinale a alternativa que apresenta o valor que será exibido na célula B7, após esta ser preenchida com a fórmula =MAIOR(B2:B6;3)

- (A) 3
 (B) 6
 (C) 8
 (D) 9
 (E) 10

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19. Uma apresentação elaborada por meio do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, contém a lista de slides exibida na imagem a seguir.



O segundo slide está selecionado e o usuário usa o atalho Shift + F5. O slide que será apresentado será o

- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 5.
20. Um usuário, navegando na internet por meio do Internet Explorer 11, em sua configuração padrão, deseja abrir uma nova aba para acessar um novo site.

O atalho por teclado que o permite abrir uma nova aba no Internet Explorer é

- (A) Ctrl + J
- (B) Ctrl + F
- (C) Ctrl + X
- (D) Ctrl + T
- (E) Ctrl + H

21. Conforme preceitos constitucionais, a educação, o direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Complementando esse preceito, a Constituição Federal estabelece também que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. De acordo com o art. 208, § 3º, da Constituição Federal de 1988, compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis,

- (A) pelo respeito aos docentes.
- (B) pela frequência à escola.
- (C) pelo comportamento adequado.
- (D) pela conservação do ambiente.
- (E) pela educação familiar.

22. Ao referir-se à organização da educação, conforme as responsabilidades das diferentes esferas governamentais, a Constituição de 1988 define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; já à União (art. 211, § 1º) compete organizar o sistema federal de ensino e dos territórios, financiar as instituições de ensino públicas federais e, em matéria educacional, mediante assistência técnica e financeira, exercer função redistributiva e

- (A) temporária.
- (B) primordial.
- (C) ordinária.
- (D) supletiva.
- (E) exclusiva.

23. JCS, 16 anos, mora com a família, na periferia de uma grande metrópole. A mãe, trabalha como diarista; o pai, desempregado há 2 meses, recebe seguro desemprego, entretanto não consegue suprir as necessidades familiares. Dependente de álcool, frequenta reuniões do AA, porém, reiteradas vezes, dada a abstinência, mostra-se agressivo e violento com a família. Por sua vez, JCS falta constantemente à escola, tem seu rendimento prejudicado e vive às voltas com sua turminha, sem motivação para os estudos. Ao tomar conhecimento dessa situação, seu pai, acometido de forte crise, agride-o até que desfaleça. É nesse momento que chega sua tia e depara-se com a cena. Entre sentimento de pânico e de ajuda, carrega o adolescente, com o apoio da vizinhança, e o conduz ao Conselho Tutelar. Lá chegando, de imediato, foi atendida, e o conselheiro de plantão, conforme atribuições que lhe são devidas,

- (A) requisitou serviços públicos na área de saúde.
- (B) procedeu sua colocação em família substituta.
- (C) aplicou medida socioeducativa em meio aberto.
- (D) permaneceu no aguardo de ambulância.
- (E) determinou imediata apreensão do pai.

24. O Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), em vista do desenvolvimento integral desse segmento, no cap. I, dedica especial atenção ao direito à vida e a saúde. Nesse sentido, prevê a garantia desse direito mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso. Para tanto, o art. 11 do ECA define que é assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços. O parágrafo 3º desse artigo, define que os profissionais, que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância, receberão formação específica e permanente para o acompanhamento que se fizer necessário e para
- (A) a reparação de problemas amplos e de ordens diversas.
 - (B) a convivência harmoniosa no ambiente escolar.
 - (C) a plena e harmoniosa adaptação orgânica.
 - (D) a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico.
 - (E) a superação e solução de desordens familiares.
25. LFS, oito anos, é uma criança saudável e frequenta o 3º ano do ensino fundamental de uma escola pública. Está acima do peso e gosta de levar em sua mochila um carrinho com o qual brinca desde pequeno, por isso é alvo de *bullying* pelos colegas e de entrega compulsória do seu brinquedo à professora, sem devolução. Tais práticas ferem a um dos direitos fundamentais definido pelo art. 17 do ECA que garante a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Trata-se do direito fundamental
- (A) à tolerância.
 - (B) ao protagonismo.
 - (C) ao respeito.
 - (D) à generosidade.
 - (E) à privacidade.
26. Uma das transformações trazidas pela mobilização popular da década de 1980 foi a conquista da condição cidadã para a criança e o adolescente, promulgada no ECA. Nessa direção, o Estatuto dedica diferentes artigos na especificação dos direitos legalmente previstos. Assim, é que o ECA prevê o direito de acesso à escola pública e gratuita próxima à residência da criança ou do adolescente. Ampliando essa perspectiva, o art. 56 determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, esgotados os recursos escolares, os casos de: maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, e, também,
- (A) incidência de baixo desempenho.
 - (B) desrespeito ao regulamento escolar.
 - (C) ocorrências de agressões.
 - (D) envolvimento com drogas.
 - (E) elevados níveis de repetência.
27. Dentre os tipos de violência, os maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes pelos próprios pais ou responsáveis são extremamente comuns. Na dinâmica familiar, muitas vezes a violência ou a negligência é considerada natural, ou mesmo como uma forma de resolução de conflitos. Contrário a essa prática, o ECA determina em seu art. 18-A que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, definido como conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que o humilhe ou o ameace gravemente ou o
- (A) corrija.
 - (B) ridicularize.
 - (C) culpabilize.
 - (D) eduque.
 - (E) valorize.
28. A Sra. MLA comparece ao Conselho Tutelar, atendendo convocação desse órgão, em virtude de denúncia de negligência em relação a suas duas filhas. Trabalhando como diarista e sem conseguir vaga em creche, deixa as crianças sozinhas em casa, contando apenas com uma vizinha, para situações de emergência. Compõe à denúncia a informação de que as crianças necessitam de alimentação, roupas e remédios. A Sra. MLA mostra-se bastante assustada, pois essa mesma vizinha a alertou que as crianças podem ser encaminhadas para abrigo ou família substituta pelo Conselho Tutelar. Inconformado com a situação, o Conselheiro Tutelar, responsável pelo atendimento, representa ao Ministério Público para efeito de suspensão do poder familiar. Por contrariar interesse de MLA, ela solicitará revisão da decisão, conforme art. 137 do ECA,
- (A) à autoridade judiciária.
 - (B) ao conselho de direitos.
 - (C) ao tutor nomeado.
 - (D) ao gestor do programa.
 - (E) ao legislativo local.
29. O acesso de crianças e adolescentes a diversões e espetáculos públicos é regulado pelo poder público, por meio de órgão competente. Em determinadas condições, toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e aos espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. O parágrafo único do art. 75 do ECA determina que as crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição
- (A) se autorizadas pelo Ministério Público.
 - (B) desde que o espetáculo aborde conteúdo curricular.
 - (C) que possuam alvarás sanitário e de funcionamento.
 - (D) quando acompanhadas dos pais ou responsável.
 - (E) que respeite a capacidade de lotação.

30. Em se tratando dos direitos individuais das crianças e dos adolescentes, o ECA prevê que nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. Há, ainda, um outro critério definidor da privação da liberdade, como prescreve o art. 110, ou seja, nenhum adolescente será privado de sua liberdade
- (A) por meio de orientação verbal.
 - (B) uma vez verificada a incompetência do advogado.
 - (C) sem o devido processo legal.
 - (D) antes da formalização do ato aos responsáveis.
 - (E) mesmo se apresentando espontaneamente.
31. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina, dentre outros aspectos e com objetividade, as condições de trabalho, o modo de funcionamento do Conselho Tutelar e também as responsabilidades e os direitos dos Conselheiros. O art. 134 do ECA prevê que, por meio de lei municipal ou distrital, serão definidos o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, e ainda a remuneração dos conselheiros, assegurando o direito à cobertura previdenciária, ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço do valor da remuneração mensal, à licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina. O parágrafo único do mesmo artigo especifica que constarão na lei orçamentária municipal e a do Distrito Federal a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração dos conselheiros e de sua
- (A) organização da equipe.
 - (B) manutenção digna.
 - (C) formação continuada.
 - (D) assessoria técnica.
 - (E) despesa de representação.
32. O Conselho Tutelar é um órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme definição legal. Trata-se de um órgão de grande importância, pois responde por situações que envolvem crianças e adolescentes, compreendidos como pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos. Nesse sentido, há uma série de critérios para exercício da função de Conselheiro Tutelar e, conforme prescreve o art. 133 do ECA, para a candidatura a membro conselheiro, serão exigidos os seguintes requisitos: idade superior a vinte e um anos; residir no município e
- (A) afinidade com a temática foco do trabalho.
 - (B) interesse em atividade laboral estável.
 - (C) disposição para atender situações complexas.
 - (D) desejo de justiça social.
 - (E) reconhecida idoneidade moral.
33. São várias as normativas voltadas ao tratamento de questões afetas à criança e ao adolescente, seu desenvolvimento, as relações familiares, a regulação de condutas, entre outros aspectos. Especificamente, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), Lei nº 12.594/2012, é destinado a regulamentar a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Conforme determina o art. 2º, o Sinase será coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais, responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescente ao qual seja aplicada medida socioeducativa, sendo que, respeitados os termos dessa Lei, o farão com
- (A) compromisso na sua condução e seriedade.
 - (B) liberdade de organização e funcionamento.
 - (C) diversidade e celeridade na busca de resultados.
 - (D) inteligência objetiva e prontidão.
 - (E) competência e racionalização de recursos.
34. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), ao regulamentar o acompanhamento da execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, prevê avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo. Conforme art. 20 (IV), da Lei nº 12.594/2012, essas avaliações terão a participação dos Conselhos Tutelares da área de atuação da entidade avaliada. O objetivo da avaliação é verificar o cumprimento das metas estabelecidas e elaborar recomendações
- (A) às vítimas do ato infracional.
 - (B) aos adolescentes e seus responsáveis.
 - (C) aos demais conselheiros tutelares.
 - (D) aos gestores e operadores dos Sistemas.
 - (E) ao Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.
35. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) consiste na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento de mecanismos para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente. Organizados a partir de eixos, os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil deverão exercer suas funções em rede. Atuando por meio de orientações e encaminhamentos de crianças, adolescentes e familiares, sempre que um direito seja violado ou ainda sob ameaça de sê-lo, o Conselho Tutelar integra o SGD no eixo Direitos Humanos e
- (A) sua defesa.
 - (B) seu controle.
 - (C) sua promoção.
 - (D) sua manutenção.
 - (E) sua efetivação.

36. A apuração de ato infracional atribuído a adolescente está sujeita a procedimento próprio, observando-se uma série de regras e princípios regulados pelos artigos 171 ao 190 do ECA. De acordo com o art. 13 da Resolução nº 113/2006 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, os atos de apuração de ato infracional, quando houver fundada suspeita da ocorrência de algum abuso de poder ou violação de direitos do adolescente, deverão ser acompanhados pelos
- (A) Promotores de Justiça.
 - (B) Conselhos de Direitos.
 - (C) Advogados nomeados.
 - (D) Conselhos Tutelares.
 - (E) Defensores Públicos.
37. A Portaria nº 1.968/2001, do Ministério da Saúde, estabelece em seu art. 1º que os responsáveis técnicos de todas as entidades de saúde, integrantes ou participantes do SUS, deverão notificar ao Conselho Tutelar da localidade, todo caso de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes, por elas atendidos. Ainda de acordo com a referida Portaria (art. 2º), essa notificação compulsória deverá ser feita mediante à utilização de
- (A) formulário próprio.
 - (B) boletim de ocorrência.
 - (C) comunicação verbal.
 - (D) processo administrativo.
 - (E) memorando interno.
38. Garantir o direito das crianças e dos adolescentes à convivência familiar e comunitária exige o engajamento de toda a sociedade para uma mudança cultural que atinge as relações familiares, comunitárias e as relações do Estado com a sociedade. Nesse sentido, é responsabilidade de todos reconhecer tal direito, mas também intervir para assegurar ou restaurar aqueles ameaçados ou violados. De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, dentre as situações de risco vividas por crianças e adolescentes, relacionadas à falta ou à fragilização dos vínculos familiares e comunitários, que merecem atenção e intervenção da sociedade e do Estado, destacam-se a negligência, o abandono e
- (A) a prática de ato infracional.
 - (B) o preconceito.
 - (C) a evasão escolar.
 - (D) a estigmatização.
 - (E) a violência doméstica.
39. São recorrentes os estudos acerca da criança e do adolescente em relação à família ou à falta dela, que reconhecem a importância da convivência familiar nessas etapas do ciclo de vida. Tais estudos afirmam que um ambiente familiar afetivo é a base para o desenvolvimento saudável ao longo da vida. Conforme explicitado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, tanto o cuidado e a afetividade quanto a imposição do limite, fortalecem a capacidade da criança e do adolescente de se sentirem amados, de cuidar, se preocupar e amar o outro e de se responsabilizar por suas próprias ações. Essas vivências são fundamentais para a constituição de sua subjetividade, autonomia e
- (A) socialização.
 - (B) sinceridade.
 - (C) manutenção.
 - (D) apego.
 - (E) seriedade.
40. No Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a violência é entendida como todo ato, de qualquer natureza, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à criança e ao adolescente. Trata-se de uma ação atentatória ao desenvolvimento sexual desse grupo etário, desenvolvimento este considerado como um direito humano. A violência sexual é expressa no Plano de duas formas. São elas:
- (A) assédio e violação.
 - (B) abuso e exploração.
 - (C) ofensa e agravo.
 - (D) infração e crime.
 - (E) submissão e domínio.